

O PLANO SAFRA, A REFORMA AGRÁRIA E A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CAIO PRADO JÚNIOR

THALES MORBACH LANGE¹; FRANCISCO DOS SANTOS KIELING²

¹Universidade Federal de Pelotas – thaleslange@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – franciscokielling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Caio da Silva Prado Júnior é uma figura central na sociologia e na historiografia brasileira, cuja obra influenciou profundamente a compreensão crítica da formação social e econômica do Brasil. Em sua abordagem materialista-histórica, Prado Jr. ofereceu um quadro teórico que destacou o papel do processo colonial na configuração das estruturas sociais e econômicas do país. Seguindo esta abordagem, neste trabalho pretendo examinar a contribuição de Caio Prado Jr., evidenciando como suas teorias ajudam a entender questões atuais e aplicando seus conceitos à análise de alguns eventos da atual conjuntura social brasileira e como eles contribuem para a persistência da desigualdade e da dinâmica da concentração de terras, de poder econômico, e político.

Deste modo, pretende-se realizar uma análise sociológica acerca da apresentação do Plano Safra 2024/25, e de dados sobre a concentração de terras em propriedades agrícolas divulgados pela Oxfam em 2019, sob a perspectiva da teoria de Caio Prado Jr. Um tema bastante pertinente, e, caro, para a sociedade brasileira, que desde a sua formação, até os dias atuais, ainda sofre com a concentração de riquezas e das desigualdades resultantes dela.

Na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), originalmente publicada em 1942, Caio Prado Jr. argumenta que o Brasil, desde a colonização, foi estruturado em torno de um projeto econômico voltado para o exterior, com uma economia de caráter extrativista e agroexportador. Segundo o autor, “[...] explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...]” (PRADO JR., 2011, p. 28). Este modelo não apenas moldou a economia brasileira, mas também criou uma sociedade com uma estrutura de classes rígida e altamente desigual. A elite colonial, constituída de grandes proprietários de terra e comerciantes, consolidou uma relação de poder que perpetuou a concentração de riquezas e a exclusão social das massas trabalhadoras, em sua maioria escravizadas.

Para Prado Jr., essa base econômica e social criou uma sociedade dependente e subordinada, que, mesmo após a abolição da escravidão e a independência, não alterou significativamente sua estrutura de poder.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Este trabalho foi elaborado a partir de uma provocação realizada na disciplina de *Sociologia V*, do Curso de *Ciências Sociais*, que discute os cânones da sociologia brasileira. A proposta foi a produção de um breve exercício analítico sobre temas do Brasil contemporâneo a partir de sociólogos brasileiros, estudados ao longo do semestre de 2024/1.

Nesta seção, buscarei desenvolver este exercício de análise sociológica proposto. O tema deste trabalho foi amplamente discutido na disciplina, e sempre me intriga muito, pois além de ser muito atual, com questões que estão presentes no nosso cotidiano, principalmente no que diz respeito à arena política e de interesses sociais a respeito da questão agrária no país. Além disso, é um tema bastante interessante para se trabalhar através da obra de Caio Prado Jr., que analisa questões bastante semelhantes na época do Brasil-Colônia, e que perduram até os dias de hoje. Para a realização deste trabalho, então, foi realizada uma leitura e reflexão a partir do livro “Formação do Brasil contemporâneo” (2011), originalmente publicado em 1942, e a partir dessa leitura, foi realizada uma análise crítica a respeito de alguns fatos da conjuntura contemporânea, evidenciando a atualidade da obra clássica.

Uma análise do setor agrícola brasileiro a partir do recente lançamento do maior Plano Safra da história (2024/25) e dos dados divulgados pela Oxfam Brasil em 2019 sobre a concentração de terras, refletem e confirmam as análises de Caio Prado Jr. sobre as estruturas históricas e socioeconômicas que moldam a sociedade brasileira. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), o historiador argumenta que o Brasil se estruturou como uma economia colonial, voltada para a exportação de produtos primários, cuja lógica de desenvolvimento favoreceu a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. Aplicando essa teoria para a análise dos dias atuais, podemos entender como a continuidade dessa lógica colonial ainda determina as dinâmicas de concentração de terras e desigualdade no Brasil. Essa discussão será apresentada a partir de três tópicos: *O Plano Safra 2024/25 e a Concentração de Riquezas*, *Concentração Fundiária e Suas Consequências* e *A Questão da Reforma Agrária e a Persistência das Desigualdades*.

O Plano Safra 2024/25 e a Concentração de Riquezas

O Plano Safra 2024/25, anunciado pelo Governo Federal, é um exemplo claro da continuidade da política agrícola que beneficia principalmente os médios e grandes produtores rurais, uma prática que remonta ao modelo econômico colonial que Caio Prado Jr. criticou. Com um montante de R\$ 400,59 bilhões destinados ao financiamento agrícola, e um aumento de 10% em relação à safra anterior, a maior parte dos recursos é direcionada para grandes propriedades rurais que estão bem inseridas no mercado de *commodities*. Como Prado Jr. destaca:

[...] de um lado, essa organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nessas bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interessa. (PRADO JR., 2011, p. 129).

Da mesma forma, o Plano Safra parece reforçar um modelo de desenvolvimento que privilegia grandes produtores e a exportação de *commodities*, perpetuando a concentração de riqueza.

Ao convocar bancos públicos e privados para viabilizar o crédito, o governo brasileiro demonstra sua contínua aliança com setores que já são beneficiados

pelo modelo econômico vigente. Este fato pode ser interpretado através da lente crítica de Prado Jr., que apontava que as políticas econômicas no Brasil frequentemente perpetuam uma estrutura social e econômica que favorece os interesses de uma elite rural consolidada desde o período colonial. Assim, em vez de promover uma redistribuição de recursos que poderia favorecer a reforma agrária e o desenvolvimento de pequenos produtores, o Plano Safra mantém a concentração fundiária, o que perpetua a desigualdade social e econômica.

Concentração Fundiária e suas consequências

O relatório da Oxfam Brasil e o estudo “Terrenos da Desigualdade” evidenciam que menos de 1% das propriedades agrícolas no Brasil detêm quase metade da área rural, um dado que corrobora a análise de Prado Jr. sobre a concentração de terras e poder. Ele argumenta que

[...] o sistema geral da economia e da agricultura brasileira, voltadas para a produção absorvente de uns poucos gêneros destinados ao comércio exterior, e com a monocultura que daí resulta. As terras aproveitáveis, tanto pela sua quantidade como localização ao alcance do comércio exterior, são avidamente ocupadas, não sobrando espaço para outras indústrias; também as atenções da parte da população situada nestes pontos privilegiados são monopolizadas por aquela grande lavoura, muito mais atraente e lucrativa [...] (PRADO JR., 2011, p. 197).

Este modelo de concentração fundiária tem profundas consequências sociais e econômicas, como demonstrado pelo caso de Correntina, na Bahia. O município, que se enquadra entre os 1% de maior concentração fundiária, apresenta elevados índices de pobreza (45% da população rural) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHm) de 0,603, bem abaixo da média nacional.

Prado Jr. sugere que a estrutura econômica baseada na grande propriedade rural e na produção para o mercado externo não promove o desenvolvimento interno ou a igualdade social, mas sim perpetua a exclusão e a marginalização das classes trabalhadoras. A situação em Correntina é um exemplo contemporâneo dessa teoria: a alta concentração de terras está diretamente correlacionada com baixos índices de desenvolvimento humano e alta incidência de pobreza. A constatação de que 82% das autuações do Ministério do Trabalho e Emprego no oeste da Bahia ocorreram entre 2003 e 2013, e que 249 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão, evidencia a continuidade das práticas de exploração e exclusão.

A Questão da Reforma Agrária e a Persistência das Desigualdades

A análise de Caio Prado Jr. oferece um marco teórico para entender a resistência à reforma agrária e a redistribuição de terras no Brasil. Para Prado Jr., a estrutura agrária brasileira é um reflexo direto do modelo colonial, e qualquer tentativa de reforma agrária enfrenta uma resistência sistêmica por parte das elites agrárias, que têm historicamente controlado a terra e o poder político. A reforma agrária seria fundamental não apenas para redistribuir a terra, mas para alterar a estrutura de poder que se enraizou na sociedade brasileira desde a colonização. O coeficiente de Gini de 0,87 para a distribuição de terras no Brasil,

um dos piores do mundo, demonstra a profundidade da desigualdade e a necessidade urgente de uma reforma estrutural.

A persistência da concentração de terras, como apontado pela Oxfam, e a falta de acesso a terras pelos pequenos agricultores, que ocupam menos de 2,3% da área rural total apesar de representarem 47% das propriedades, refletem a continuidade de uma estrutura social e econômica que favorece a concentração de riqueza e poder. Esta situação confirma a análise de Prado Jr. de que o modelo econômico colonial não apenas criou, mas perpetuou uma estrutura social desigual e excludente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste exercício, com a aplicação da teoria de Caio Prado Jr. a estas realidades do cenário brasileiro ainda nos dias atuais, revela uma continuidade das estruturas coloniais na sociedade brasileira. A concentração de terras e riquezas, beneficiada por políticas como o Plano Safra, não só o 2024/25 mas em praticamente todas as suas versões, e a resistência à reforma agrária por parte dos setores que tem o poder de fazê-la, são exemplos claros de como as elites econômicas e políticas continuam a preservar um modelo de desenvolvimento que favorece a concentração e a exclusão. Este cenário, como apontado por Prado Jr., impede o desenvolvimento equitativo e sustentável, perpetuando a desigualdade social e econômica no Brasil. Para mudar esse quadro, é fundamental reconhecer e confrontar as raízes históricas dessas desigualdades, buscando políticas que promovam uma redistribuição de recursos e uma estrutura social mais justa e igualitária.

Vale dizer, ainda, que esta é uma análise inicial acerca deste tema tão vasto, e indica a urgente necessidade de se aprofundar os estudos sobre estrutura fundiária no Brasil, com o auxílio de novas leituras, novas perspectivas, e de novos dados mais amplos e objetivos, que nos permitam compreender melhor as consequências sociais, políticas e econômicas que essas estruturas causam ao nosso país.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORBES. PLANO Safra 2024/25 é apresentado e ministro Fávaro convoca bancos públicos e privados. 3 jul. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/07/plano-safra-2024-25-e-apresentado-e-ministro-favaro-convoca-bancos-publicos-e-privados/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OXFAM. MENOS de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira - Oxfam Brasil. 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 20 ago. 2024.